CLIPPING INTERNET

09/03/2022 ATÉ 09/03/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CEMULHER
1.1 SITE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO..... 1
1.2 SITE O MARANHENSE..... 2
1.3 SITE RÁDIO NATIVA FM..... 3
2 COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
2.1 BLOG DO EDUARDO REGO..... 4
2.2 BLOG MARDEN RAMALHO..... 5
2.3 SITE O PROGRESSO..... 6
3 DECISÕES
3.1 BLOG ATUAL 7..... 7
3.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 8
3.3 BLOG NETO WEBA..... 9
3.4 PORTAL DO MUNIM..... 10
4 DESEMBARGADOR
4.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS..... 11
4.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA..... 12
4.3 BLOG GILBERTO LEDA..... 13
4.4 BLOG JOHN CUTRIM..... 14
4.5 BLOG JORGE ARAGÃO..... 15
4.6 BLOG TRIBUNA98..... 16
4.7 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 17
5 PRESIDÊNCIA
5.1 SITE IMIRANTE.COM..... 18
5.2 SITE JORNAL PEQUENO..... 19

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
09/03/2022 - BLOG ANTÔNIO MARTINS
POSITIVA
TJ do MA deve criar mais sete vagas de desembargador

TJ do MA deve criar mais sete vagas de desembargador

O Tribunal de Justiça do Maranhão deve criar, ainda em 2022, sete novas vagas de desembargador.

Um projeto de lei com esse objetivo será encaminhado à Assembleia Legislativa pelo presidente da Corte,. desembargador Lourival Serejo.

Atualmente, o TJMA conta com 30 desembargadores.

Os dois que assumiram mais recentemente foram Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
09/03/2022 - BLOG ATUAL 7
NEUTRA
Tribunal de Justiça julga nesta quarta ação que pode tirar Marcelo Tavares do TCE-MA

Tribunal de Justiça julga nesta quarta ação que pode tirar Marcelo Tavares do TCE-MA

Deputados usaram decreto apontado como inconstitucional e ilegal para aceitar apenas a candidatura do colega de Parlamento para a vaga na corte de Contas
09/03/2022 08h41min - Atualizado em 09/03/2022 09h24min

Yuri AlmeidaPUBLICADO POR
YURI ALMEIDA

O Tribunal de Justiça do Maranhão vai decidir se reconhece ou não a inconstitucionalidade e ilegalidade do decreto legislativo que garantiu a inscrição para cargo de conselheiro no TCE (Tribunal de Contas do Estado) apenas para Marcelo Tavares na vaga aberta com a aposentadoria do conselheiro Nonato Lago.

O caso está na pauta da sessão desta quarta-feira (9), e tem como relator o desembargador Joaquim Figueiredo. Em setembro do ano passado, ele negou liminar ao advogado Márcio dos Santos Rabelo, autor do mandado de segurança que pode derrubar a indicação de Tavares para a corte de Contas.

Na ação, Rabelo pede que seja realizado novo exame público para todos os candidatos inscritos no certame. A fundamentação dos pedidos consta nos artigos 41 e 52, parágrafo primeiro, da Constituição do Estado do Maranhão, além de estabelecida no artigo 37, inciso primeiro da Carta Magna brasileira.

Apontada pelo advogado como espécie de ofensa institucionalizada às minorias parlamentares, a norma estabelecida no século passado permite que apenas os candidatos apoiados pelo grupo dominante da Assembleia Legislativa do Maranhão estejam habilitados a concorrer ao cargo vago no TCE-MA.

Além de então deputado estadual, Marcelo Tavares era ainda secretário-chefe da Casa Civil do governo de Flávio Dino (PSB) e apoiado pelo deputado Othelino Neto (PCdoB), presidente da Alema, o que facilitou o colhimento de assinatura de todos os integrantes do Palácio Manuel Beckman e o alçou a candidato único ao cargo.

Após a movimentação relâmpago, ele tomou posse como conselheiro do TCE-MA. Ao ATUAL7, negou que tenha sido beneficiado pelos ex-colegas do Legislativo e que tenha havido manobra para favorecê-lo no processo.

Para o relator do caso do Tribunal de Justiça, em razão do advogado haver aceitado disputar a vaga mesmo após conhecimento de que o edital de inscrição exigia do candidato a comprovação de apoiamento de um terço dos membros da Alema, não ficou comprovado indício de que o direito pleiteado, o chamado da linguagem jurídica de fumus boni iuris, de fato existe.

“Em assim sendo, não me parece demonstrado o imprescindível FUMUS BONI IURIS, na medida em que ao menos PRIMA FACIE, dentro dos estreitos lindes admissíveis nesta fase processual de cognição meramente sumária, restrita, a hipótese, ao atendimento de critério previamente estipulado na lei do certame, à qual

vinculado o candidato que nele busca se inscrever”, anotou.

“Certo, pois, que indissociáveis os pressupostos necessários ao deferimento da liminar requestada, não podendo, um deles, por si, suprir a ausência do outro é que, não obstante IN CASU evidenciado o necessário PERICULUM IN MORA [caracterizado pela possibilidade da ocorrência de danos irreparáveis, ou de difícil reparação], resta ao menos por ora descabida a benesse perseguida, à falta da imprescindível comprovação do bom direito alegado na urgente via”, completou.

Em novembro, o procurador-geral de Justiça Eduardo Nicolau apresentou parecer em que afirma não haver identificado inconstitucionalidade no dispositivo que impõe aos postulantes à cúpula da corte de Contas a comprovação de apoio de pelo menos um terço dos 42 deputados do Poder Legislativo estadual.

Na visão do procurador-geral, “não há qualquer inconstitucionalidade no Decreto Legislativo nº 151/1990 da Assembleia Legislativa do Maranhão, uma vez que não contrariou as regras constitucionais insculpidas no art. 73, § 1º, da Constituição Federal e no art. 52, § 1º, da Constituição Estadual”.

“Por fim, deve-se salientar que o procedimento de escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas constitui matéria interna corporis do Poder Legislativo Estadual, estando, portanto, excluída de apreciação por parte do Poder Judiciário a questão tratada neste mandamus”, completou.

Ao ATUAL7, Márcio Rabelo disse que pode levar o imbróglio aos tribunais superiores caso o TJ-MA negue o mandado de segurança.

“Acredito que seja preciso acionar o Pretório Excelso para resolver definitivamente a ausência de segurança jurídica que esse decreto traz para a legislação maranhense”, declarou.

A superintendente da CGU (Controladoria Regional da União) no Maranhão, Leylane Maria da Silva, também teve a inscrição indeferida com base no mesmo decreto apontado como inconstitucional e ilegal.

Contudo, embora tenha analisado, não judicializou o caso.

TJMA divulga cronograma para pagamento de precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, divulgou o cronograma de pagamento de precatórios para os meses de março e abril de 2022, dando continuidade ao desenvolvimento de suas atividades, seguindo os protocolos de segurança em saúde pública voltados ao combate da pandemia do coronavírus (SARS-Cov-2).
SÃO LUÍS

Neste mês de março, serão pagos 90 (noventa) precatórios devidos pelo Município de São Luís, sendo 17 (dezessete) decorrentes de direitos de superpreferências, e 73 (setenta e três) da lista cronológica do orçamento de 2020, totalizando o montante de R$ 12.672.602,24.

O valor individual máximo a ser pago em cada precatório, a título de direito de superpreferência, corresponde atualmente a 50 (cinquenta) salários-mínimos (R$ 60.600,00).

Caso o valor total do precatório seja maior que o valor pago a título de direito de superpreferência, o saldo somente será pago quando alcançada a posição originária do precatório na lista cronológica.

ESTADO DO MARANHÃO

Também está previsto para este mês o pagamento de 19 (dezenove) precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, a título de direitos de superpreferências de portadores de doença grave, totalizando o montante de R$ 1.529.927,46.

O valor individual máximo a ser pago em cada precatório, a título de direito de superpreferência, corresponde atualmente a 100 (cem) salários-mínimos (R$ 121.200,00).

Caso o valor total do precatório seja maior que o valor pago a título de direito de superpreferência, o saldo somente será pago quando alcançada a posição originária do precatório na lista cronológica.

MUNICÍPIOS DIVERSOS (Regime Geral) e INSS

No âmbito dos entes enquadrados no Regime Geral, serão pagos até o final do mês de abril, 24 (vinte e quatro) precatórios devidos pelo INSS e os seguintes municípios: Apicum-Açu, Axixá, Buritirana, Campestre do MA, Guimarães, Joselândia, Paraibano, Pio XII, Santa Rita, Trizidela do Vale, Turiaçu e Vitorino Freire, no montante de R$ 3.064.585,21.

MUNICÍPIOS DIVERSOS (Regime Especial)

Também está previsto o pagamento, até o final do mês de abril, de 115 (cento e quinze) precatórios de entes enquadrados no Regime Especial referentes aos seguintes municípios: Açailândia, Anajatuba, Araioses, Balsas,

Carolina, Conceição do Lago Açu, Cururupu, Davinópolis, Imperatriz, João Lisboa, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Pedreiras, Penalva, Pindaré Mirim, Poção de Pedras, São Benedito do Rio Preto, Timbiras, Timon e Tufilândia, no montante de R$ 6.587.964,62.

A Coordenadoria informa que o atendimento no setor está ocorrendo pelas seguintes vias:

a) Telefone fixo (98) 3261-6237 e Whatsapp (98) 98476-8731, segunda à sexta das 8h às 13h;

b) E-mail: coordprecatorios@tjma.jus.br;

c) Assistente virtual;

d) Videoconferência, por meio de agendamento no link;

e) Atendimento presencial a credores e advogados, por ordem de chegada, das 8h às 13h, com quantidade limitada de pessoas no setor;

Confira, AQUI, a relação dos precatórios que serão pagos nos meses de março e abril de 2022.

(Fonte: TJMA)

Tribunal de Justiça confirma decisão que mantém Calvet Filho como prefeito de Rosário

Os desembargadores José Gonçalo Filho, Maria Galiza e Marcelo Carvalho decidiram nesta terça-feira (8), negar o provimento ao Agravo Interno que pedia a cassação do prefeito de Rosário, Calvet Filho. Desta forma, a vontade do povo segue prevalecendo.

Calvet Filho obteve mais essa vitória e confirma que ele cumprirá seu mandato até 2024, assim como terá condições de disputar a reeleição.

Tribunal de Justiça envia à Assembleia projeto que cria sete novos cargos de desembargador

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, deverá encaminhar ainda esta semana ou, no mais tardar, na próxima, projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete cargos de desembargador na estrutura do Judiciário Maranhense. A ampliação do pleno do TJMA já movimenta setores da advocacia, magistrados e membros do Ministério Público, já que todos serão contemplados.

Segundo uma fonte com trânsito no Judiciário, Lourival Serejo pretende deixar essa mudança na composição do TJMA como uma de suas principais marcas à frente deste Poder, porém não há certeza de que os novos cargos sejam implantados ainda não sua gestão, que se encerra no mês de abril.

Para que isto ocorra, seria necessário a criação de um trâmite de urgência urgentíssima a fim de que fosse apreciado com celeridade tanto nas comissões quanto no plenário.

Pelo projeto as sete vagas a serem acrescidas serão distribuídas da seguinte forma:

01 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA)
01 do Ministério Público Estadual
05 da Magistratura (antiguidade, merecimento…)
Na OAB e no MPMA as articulações já começaram por parte dos que pretendem entrar na relação dos indicados. Cada uma dessas instituições elabora uma lista sêxtupla a ser submetida ao TJMA, que elimina três nomes e submete os demais à escolha do governador do Estado.

Com a criação dos novos, pleno do TJMA será ampliado em 23,3%. Atualmente é formado por 30 desembargadores e desembargadoras. Saiba quem são:

Antônio Fernando Bayma Araujo
Jorge Rachid Mubárack Maluf
Jamil de Miranda Gedeon Neto
Antônio Pacheco Guerreiro Júnior
Cleones Carvalho Cunha
Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
José Joaquim Figueiredo Dos Anjos
Marcelo Carvalho Silva
Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Paulo Sérgio Velten Pereira
Lourival de Jesus Serejo Sousa
José de Ribamar Fróz Sobrinho
José Luiz Oliveira de Almeida
Vicente de Paula Gomes de Castro
Kleber Costa Carvalho
Raimundo José Barros de Sousa

Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Marcelino Chaves Everton
Angela Maria Moraes Salazar
José de Ribamar Castro
Tyrone José Silva
Luiz Gonzaga Almeida Filho
José Jorge Figueiredo dos Anjos
Josemar Lopes Santos
José Gonçalo de Sousa Filho
Antônio José Vieira Filho
Maria Francisca Gualberto de Galiza
Douglas Airton Ferreira Amorim
Francisco Ronaldo Maciel Oliveira
Raimundo Moraes Bogéa

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
09/03/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
POSITIVA
TJ deve criar mais sete vagas de desembargador

TJ deve criar mais sete vagas de desembargador

Publicado em 9 de março de 2022 por gilbertoleda

O Tribunal de Justiça do Maranhão deve criar, ainda em 2022, sete novas vagas de desembargador.

Um projeto de lei com esse objetivo será encaminhado à Assembleia Legislativa pelo presidente da Corte,. desembargador Lourival Serejo.

Atualmente, o TJMA conta com 30 desembargadores.

Os dois que assumiram mais recentemente foram Ronaldo Maciel e Raimundo Bogéa.

Notas Rápidas - Novos cargos de desembargador no MA

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, deverá encaminhar ainda esta semana ou, no mais tardar, na próxima, projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete cargos de desembargador na estrutura do Judiciário Maranhense.

Distribuição

Pelo projeto as sete vagas a serem acrescidas serão distribuídas da seguinte forma:01 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA); 01 do Ministério Público Estadual; 05 da Magistratura (antiguidade, merecimento...) (Do site Maranhão Hoje)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
09/03/2022 - BLOG JORGE ARAGÃO
POSITIVA
TJ quer aumentar número de desembargadores no Maranhão

TJ quer aumentar número de desembargadores no Maranhão

por Jorge Aragão
09 mar 2022

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através do seu atual presidente, desembargador Lourival Serejo, deve encaminhar ainda neste mês de março um projeto de lei para a Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete vagas de desembargadores para o órgão.

De acordo com o projeto, as novas vagas seriam distribuídas entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) e Ministério Público Estadual, uma vaga para cada, e cinco novas vagas seriam da própria Magistratura.

Vale destacar que atualmente na composição do Tribunal de Justiça temos 30 desembargadores, mas, caso aprovado o projeto de lei, chegaríamos a 37 desembargadores no Maranhão.

No entanto, a pauta na Assembleia Legislativa segue trancada, já que existe uma disputa entre deputados ligados ao vice-governador Carlos Brandão, que são maioria no parlamento, e deputados ligados ao senador Weverton Rocha, pelo comando da Comissão de Constituição e Justiça. Sendo assim, enquanto o imbróglio da AL não for resolvido, nada será apreciado e consequentemente votado.

É aguardar e conferir.

TJMA divulga cronograma para pagamento de precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, divulgou o cronograma de pagamento de precatórios para os meses de março e abril de 2022, dando continuidade ao desenvolvimento de suas atividades, seguindo os protocolos de segurança em saúde pública voltados ao combate da pandemia do coronavírus (SARS-Cov-2).

SÃO LUÍS

Neste mês de março, serão pagos 90 (noventa) precatórios devidos pelo Município de São Luís, sendo 17 (dezessete) decorrentes de direitos de superpreferências, e 73 (setenta e três) da lista cronológica do orçamento de 2020, totalizando o montante de R$ 12.672.602,24.

O valor individual máximo a ser pago em cada precatório, a título de direito de superpreferência, corresponde atualmente a 50 (cinquenta) salários-mínimos (R$ 60.600,00).

Caso o valor total do precatório seja maior que o valor pago a título de direito de superpreferência, o saldo somente será pago quando alcançada a posição originária do precatório na lista cronológica.

ESTADO DO MARANHÃO

Também está previsto para este mês o pagamento de 19 (dezenove) precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, a título de direitos de superpreferências de portadores de doença grave, totalizando o montante de R$ 1.529.927,46.

O valor individual máximo a ser pago em cada precatório, a título de direito de superpreferência, corresponde atualmente a 100 (cem) salários-mínimos (R$ 121.200,00).
Caso o valor total do precatório seja maior que o valor pago a título de direito de superpreferência, o saldo somente será pago quando alcançada a posição originária do precatório na lista cronológica.

MUNICÍPIOS DIVERSOS (Regime Geral) e INSS

No âmbito dos entes enquadrados no Regime Geral, serão pagos até o final do mês de abril, 24 (vinte e quatro) precatórios devidos pelo INSS e os seguintes municípios: Apicum-Açu, Axixá, Buritirana, Campestre do MA, Guimarães, Joselândia, Paraibano, Pio XII, Santa Rita, Trizidela do Vale, Turiaçu e Vitorino Freire, no montante de R$ 3.064.585,21.

MUNICÍPIOS DIVERSOS (Regime Especial)

Também está previsto o pagamento, até o final do mês de abril, de 115 (cento e quinze) precatórios de entes enquadrados no Regime Especial referentes aos seguintes municípios: Açailândia, Anajatuba, Araioses, Balsas, Carolina, Conceição do Lago Açu, Cururupu, Davinópolis, Imperatriz, João Lisboa, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Pedreiras, Penalva, Pindaré Mirim, Poção de Pedras, São Benedito do Rio Preto, Timbiras, Timon e Tufilândia, no montante de R$ 6.587.964,62.

A Coordenadoria informa que o atendimento no setor está ocorrendo pelas seguintes vias:

a) Telefone fixo (98) 3261-6237 e Whatsapp (98) 98476-8731, segunda à sexta das 8h às 13h;
b) E-mail: coordprecatorios@tjma.jus.br;
c) Assistente virtual;
d) Videoconferência, por meio de agendamento no link;
e) Atendimento presencial a credores e advogados, por ordem de chegada, das 8h às 13h, com quantidade limitada de pessoas no setor;

Confira, AQUI, a relação dos precatórios que serão pagos nos meses de março e abril de 2022.

Fonte: ASCOM TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
09/03/2022 - BLOG NETO WEBA
POSITIVA
TJ confirma decisão que mantém Calvet Filho como prefeito de Rosário

TJ confirma decisão que mantém Calvet Filho como prefeito de Rosário

terça-feira, março 08, 2022 | By Blog do Neto Weba

Os desembargadores José Gonçalo Filho, Maria Galiza e Marcelo Carvalho do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta terça-feira (08), decidiram negar o provimento ao Agravo Interno que pedia a cassação do prefeito de Rosário, Calvet Filho. Desta forma, a vontade do povo segue prevalecendo.

Calvet Filho obteve mais essa vitória e confirma que ele cumprirá seu mandato até 2024, assim como terá condições de disputar a reeleição.

Sendo assim, seguirá prevalecendo a vontade do povo de Rosário.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
09/03/2022 - BLOG TRIBUNA98
POSITIVA
Tribunal de Justiça vai encaminhar para criação de sete cargos para função de desembargador

Tribunal de Justiça vai encaminhar para criação de sete cargos para função de desembargador

Maranhão Hoje

O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, deverá encaminhar ainda esta semana ou, no mais tardar na próxima, projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete cargos de desembargador. A ampliação do pleno do TJ já movimenta setores do advocacia, magistrados e membros do Ministério Público, já que todos serão contemplados.

Segundo uma fonte com trânsito no Judiciário, Lourival Serejo pretende deixar essa mudança na composição do TJMA como uma de suas principais marcas à frente deste poder, porém não há certeza de que os novos cargos sejam implantados ainda não sua gestão, que se encerra no mês de abril.

Para que isto ocorra, seria necessária a criação da ação de urgência urgentíssima a fim de que tramitasse com celeridade tanto nas comissões quanto no plenário.

Pelo projeto as sete vagas a serem acrescidas serão distribuídas da seguinte forma:

01 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA)
01 do Ministério Público Estadual
05 da Magistratura (antiguidade, merecimento...)
Na OAB e no MPMA as articulações já começaram por parte dos que pretendem entrar na lista dos indicados. Cada uma dessas instituições elabora uma lista sêxtupla a ser submetida ao TJMA, que elimina três nomes e submete os demais à escolha do governador do Estado.

Com a criação dos novos, pleno do TJMA será amoliado em 23,3%. Atualmente é formado por 30 desembargadores e desembargadoras. Saiba quem são:

Antônio Fernando Bayma Araujo
Jorge Rachid Mubárack Maluf
Jamil de Miranda Gedeon Neto
Antônio Pacheco Guerreiro Júnior
Cleones Carvalho Cunha
Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
José Joaquim Figueiredo Dos Anjos
Marcelo Carvalho Silva
Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Paulo Sérgio Velten Pereira
Lourival de Jesus Serejo Sousa
José de Ribamar Fróz Sobrinho
José Luiz Oliveira de Almeida
Vicente de Paula Gomes de Castro

Kleber Costa Carvalho
Raimundo José Barros de Sousa
Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Marcelino Chaves Everton
Angela Maria Moraes Salazar
José de Ribamar Castro
Tyrone José Silva
Luiz Gonzaga Almeida Filho
José Jorge Figueiredo dos Anjos
Josemar Lopes Santos
José Gonçalo de Sousa Filho
Antônio José Vieira Filho
Maria Francisca Gualberto de Galiza
Douglas Airton Ferreira Amorim
Francisco Ronaldo Maciel Oliveira
Raimundo Moraes Bogéa

TJ confirma decisão que mantém Calvet Filho como prefeito de Rosário

POR PORTAL DO MUNIM · 08/03/2022

PREFEITO CALVET FILHO.

ROSÁRIO/MA – O prefeito do Município de Rosário Calvet Filho (PSC), obteve mais uma grande vitória nesta manhã (8), por unanimidade os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão-TJ/MA, votaram pelo arquivamento do pedido do afastamento do prefeito eleito pelo povo de Rosário durante julgamento em sessão.

O julgamento do agravo interno protocolado pela Câmara Municipal de Rosário que queria para poder judiciário mantivesse a decisão que afastou o prefeito. Mais o desembargador Marcelo Carvalho da 4º Câmara Cível proferiu a decisão em manter o prefeito no cargo de acordo com o desembargador a Câmara de Rosário afastou de modo irregular e não respeitando as regras constitucionais do devido processo legal.
Os demais desembargadores Dr. Galiza e Dr. José Gonçalo acompanharam o voto do relator e com isso afastando de uma vez todo o processo da Câmara de Rosário dando a vitória ao prefeito que continua no cargo.

Presos suspeitos de aplicar golpes utilizando fotos de desembargadores

A prisão ocorreu durante a operação Anonyumous que foi deflagrada pelas Policias do Maranhão e de Goiás.
IMIRANTE
08/03/2022 às 17h33
Presos suspeitos de aplicar golpes utilizando fotos de desembargadores
Celulares, caderno de anotação e cartões apreendidos durante a operação Anonymous. (Divulgação)
SANTA INÊS- Duas pessoas foram presas acusadas de integrar um bando especializado em aplicar golpes a prefeitos, vereadores, desembargadores, promotores e procuradores durante a operação Anonymous, que foi realizada nesta terça-feira (8), na cidade de Santa Inês (MA) e em Goiânia, no estado de Goiás.
O cerco foi realizado pelas Polícias do Maranhão e de Goiás. A polícia informou que um casal foi preso em Goiânia por determinação judicial e ainda falta prender mais uma pessoa. Na cidade de Santa Inês, a polícia cumpriu mandados de busca e apreensão.

No decorrer dessa incursão, os policiais conseguiram apreender celulares, cartões, documentos pessoais e até mesmo um caderno em que havia o número de telefone de vários gestores municipais e autoridades da área jurídica.

Golpe

Segundo a polícia, os passos desses quadrilheiros estavam sendo monitorados desde o ano passado. Eles utilizam a foto dos políticos e das autoridades da área jurídica e, por meio do WhatsApp, pedem dinheiro. Dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão foram vítimas desses criminosos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
09/03/2022 - SITE JORNAL PEQUENO
NEUTRA
Operação prende casal que usava foto do presidente do TJ-MA para aplicar golpes

Operação prende casal que usava foto do presidente do TJ-MA para aplicar golpes

As vítimas eram prefeitos, secretários e ex-gestores de municípios maranhenses.

Uma operação da Polícia Civil, por meio do Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos (DCCT), da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), realizada nessa terça-feira (8), em conjunto com a Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, resultou na prisão de um casal que, há pelo menos dois meses, estava aplicando golpes em prefeitos, secretários municipais e ex-gestores do interior do estado.

A dupla usava a foto do desembargador Lourival Serejo, presidente do TJ-MA, para pedir dinheiro às vítimas. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em uma residência e um lava a jato, no município de Santa Inês.

As prisões de Dinomarkes Camargo da Silva e Shirley Nunes da Silva foram feitas na cidade de Goiânia, com apoio da Polícia Civil de Goiás.

Nos locais alvos da operação, foram apreendidos diversos materiais, entre eles celulares e o moldem da internet usado nos golpes.

Segundo o delegado Ederson Martins, titular da Seic, o homem preso era o líder da organização que atua em todo o país. A mulher dele o auxiliava nos golpes.

“Foi encontrado com eles uma lista de nomes de políticos do Maranhão dos quais, com certeza, iriam tentar tirar dinheiro”, explicou o delegado.

VÁRIAS VÍTIMAS

Ao Jornal Pequeno, o titular da Seic disse que ainda não é possível apontar os valores que o grupo conseguiu subtrair, nem quantas pessoas foram vítimas.

“De cada vítima pediam 3 a 4 mil. E foram muitas pessoas”, ressaltou o delegado.

De acordo com as investigações, os criminosos já possuem passagem pela polícia por crimes como estelionato, roubo e tráfico de drogas. Uma terceira pessoa, também com mandado expedido, ainda não havia sido presa até o início da noite dessa terça-feira.

MPMA realiza webinário sobre violência contra a mulher com deficiência

Publicado: 08 Março 2022 Acessos: 114
WhatsApp Image 2022 03 07 at 16.55.08
Violência contra a mulher com deficiência foi tema de webinário

Eduardo Nicolau e desembargador Cleones Cunha assinaram carta de compromisso

Membros e servidores participaram da atividade

Maria da Penha, que deu nome a lei, participou por meio de vídeo

Karla Adriana Farias Vieira, diretora da ESMP

Sandra Fagundes, coordenadora do CAOp Mulher

Alenilton Santos Júnior, coordenador do CAOp de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência

Deline Cutrim Lima, do Fórum Estadual das Pessoas com Deficiência

O Ministério Público do Maranhão promoveu, nesta segunda-feira, 7, o webinário “Violência de Gênero e Mulher com Deficiência – aspectos da situação de invisibilidade e dupla vulnerabilidade”. Participaram membros e servidores do MPMA, do Judiciário, representantes de instituições públicas e de entidades de defesa das causas das mulheres e das pessoas com deficiência.

O seminário virtual foi coordenado pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP) e pelos Centros de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência e de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp Mulher).

Durante o seminário, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o desembargador Cleones Cunha (presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão), assinaram a carta de compromisso pelo enfrentamento da violência contra a mulher com deficiência.

O documento tem como signatários o Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça, Governo do Maranhão, Defensoria Pública do Estado, OAB-MA, entidades da sociedade civil organizada, entre as quais o Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão e a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

No âmbito de suas competências, cada ente assume o compromisso de adotar as medidas cabíveis para

proteger as mulheres com deficiência de toda forma de exploração, violência ou abuso, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.104/2015. Essa norma inseriu, no artigo 121 do Código Penal, o parágrafo 7º, que determinou o aumento da pena em 1/3 a 1/2 na hipótese em que a vítima seja mulher com deficiência.

Na abertura do seminário, manifestaram-se pelo Ministério Público para ressaltar a importância do debate, fazendo alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta terça-feira, 8, os promotores de justiça Karla Adriana Vieira (diretora da ESMP), Sandra Fagundes Garcia (coordenadora do CAOp Mulher) e Alenilton Santos Júnior (coordenador do CAOp de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência).

As entidades da sociedade civil foram representadas pela advogada Priscila Sellares, do Coletivo de Mulheres com Deficiência, e Deline Cutrim Lima, do Fórum Estadual das Pessoas com Deficiência. Ambas elogiaram a iniciativa do Ministério Público em promover a reflexão sobre a violência cotidiana sofrida pelas mulheres com deficiência.

Ao assinar a carta-compromisso, o desembargador Cleones Cunha fez um repúdio às falas machistas do deputado estadual paulista Artur do Val contra as mulheres ucranianas e declarou que irá orientar os juízes estaduais do Maranhão que mencionem nas sentenças referentes a crimes contra a mulher em razão de gênero a condição de deficiência, ou não, da vítima.

O procurador-geral de justiça assegurou que o Ministério Público irá ampliar o combate à violência contra a mulher com deficiência, com atividades de prevenção e de enfrentamento a esse tipo de crime. “As ações institucionais precisam ser conjuntas e unificadas, aumentando os canais de denúncia, criando e fortalecer os conselhos de direitos” sugeriu.

PROGRAMAÇÃO

Na programação do seminário, foi apresentado ainda um vídeo da farmacêutica Maria da Penha, que deu nome à Lei 11.340, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Maria da Penha fez uma saudação aos participantes do seminário virtual e apresentou reflexões sobre os avanços oriundos desde a criação da lei, em 2006.

O ponto central do webinário foi a palestra da médica, professora aposentada da UFRJ e ativista da causa das pessoas com deficiência Isabel Maior. Primeira pessoa com deficiência a comandar (2002-2011) a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Presidência da República, Isabel Maior chamou a atenção para temas como a desigualdade de gênero, relacionamentos abusivos dentro das famílias, casos de violência praticados por cuidadores contra pessoas com deficiência e a importância da participação política para o empoderamento das mulheres com deficiência.

A ampliação da denúncia dos casos de violência contra a mulher com deficiência também foi outro ponto abordado pela palestrante. “A mulher não deve sofrer abusos calada. Devemos denunciar sempre, darmos à sociedade responsabilidade para salvar as mulheres. Para isso, devemos confiar nas instituições públicas e na capacidade de resistência do povo brasileiro para erradicar a violência”.

Ao final do webinário, a advogada Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de São Luís, defendeu que os órgãos do sistema de justiça sejam conscientizados para atenderem as demandas das mulheres com deficiência, evitando ampliar a dupla vulnerabilidade delas.

Isabelle Passinho propôs que a carta-compromisso estabeleça um cronograma para o cumprimento das metas

de enfrentamento à violência contra a mulher com deficiência, garantindo a participação popular e o controle social.

Redação: CCOM-MPMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
09/03/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
Justiça envia à Assembleia projeto que cria sete novos cargos de desembargador

Justiça envia à Assembleia projeto que cria sete novos cargos de desembargador

Atualmente o TJMA é formado por 30 desembargadores e desembargadoras.

Novos desembargadores sairão da Magistratura, da OAB e do MP. (Foto: Reprodução)

Por: Da Redação
08 de Março de 2022
O desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, deverá encaminhar ainda esta semana ou na próxima, projeto de lei à Assembleia Legislativa propondo a criação de mais sete cargos de desembargador na estrutura do Judiciário Maranhense.

A ampliação do pleno do TJMA já movimenta setores da advocacia, magistrados e membros do Ministério Público, já que todos serão contemplados.

Segundo uma fonte com trânsito no Judiciário, Lourival Serejo pretende deixar essa mudança na composição do TJMA como uma de suas principais marcas à frente deste poder, porém não há certeza de que os novos cargos sejam implantados ainda não sua gestão, que se encerra no mês de abril.

Para que isto ocorra, seria necessária a criação da ação de urgência urgentíssima a fim de que tramitasse com celeridade tanto nas comissões quanto no plenário.

Pelo projeto as sete vagas a serem acrescidas serão distribuídas da seguinte forma:

01 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA)
01 do Ministério Público Estadual
05 da Magistratura (antiguidade, merecimento...)
Na OAB e no MPMA as articulações já começaram por parte dos que pretendem entrar na lista dos indicados. Cada uma dessas instituições elabora uma lista sêxtupla a ser submetida ao TJMA, que elimina três nomes e submete os demais à escolha do governador do Estado.

Com a criação dos novos, pleno do TJMA será amoliado em 23,3%. Atualmente é formado por 30 desembargadores e desembargadoras. Saiba quem são:

Antônio Fernando Bayma Araujo
Jorge Rachid Mubárack Maluf
Jamil de Miranda Gedeon Neto
Antônio Pacheco Guerreiro Júnior
Cleones Carvalho Cunha
Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
José Joaquim Figueiredo Dos Anjos

Marcelo Carvalho Silva
Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Paulo Sérgio Velten Pereira
Lourival de Jesus Serejo Sousa
José de Ribamar Fróz Sobrinho
José Luiz Oliveira de Almeida
Vicente de Paula Gomes de Castro
Kleber Costa Carvalho
Raimundo José Barros de Sousa
Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Marcelino Chaves Everton
Angela Maria Moraes Salazar
José de Ribamar Castro
Tyrone José Silva
Luiz Gonzaga Almeida Filho
José Jorge Figueiredo dos Anjos
Josemar Lopes Santos
José Gonçalo de Sousa Filho
Antônio José Vieira Filho
Maria Francisca Gualberto de Galiza
Douglas Airton Ferreira Amorim
Francisco Ronaldo Maciel Oliveira
Raimundo Moraes Bogéa

Acusados de violência contra a mulher vão a júri na Semana Justiça pela Paz em Casa

8 de março de 2022 omaranhense

Será julgado na quarta-feira (9), no 1º Tribunal do Júri de São Luís, Allef Gonçalves Araújo Ribeiro, acusado de matar, por estrangulamento, Jecimara Cristian Marques Pacheco, na manhã do dia 7 de fevereiro de 2020, no quarto de um hotel, no bairro São Cristóvão. Na terça-feira (8), sentará no banco dos réus Eduardo Pereira de Araújo, pela morte de Luciana Soares Frazão. Os julgamentos, presididos pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira, ocorrem durante as atividades da 20ª Semana Nacional "Justiça pela Paz em Casa", aberta nesta segunda-feira (7), em todo o Maranhão.

Instituída pela Resolução nº 254/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Semana visa aprimorar e tornar mais célere a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Maranhão, o evento é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER) e instituições parceiras.

Em São Luís, além de julgamentos no Tribunal do Júri, estão ocorrendo também audiências na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A unidade judiciária agendou, para o período, 120 audiências, que estão ocorrendo em quatro salas simultaneamente, e são presididas pelos juízes Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior (titular da 1ª Vara da Mulher), João Paulo de Sousa Oliveira (Santa Luzia do Paruá) e João Vinícius Aguiar dos Santos (Pindaré Mirim) e pela juíza Vanessa Clementino Sousa (auxiliar de entrância final).

O juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior disse que foram incluídos na pauta, pela 1ª Vara, os processos mais antigos e que já estavam prontos para audiência. "O objetivo é agilizar a prestação jurisdicional, durante a semana do 'Justiça pela Paz em Casa' que faz parte da política do Judiciário de enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher", destacou o magistrado.

As mulheres que estiveram no Fórum de São Luís, nesta segunda-feira (7), para audiência na Vara da Mulher foram recebidas no Espaço Acolher pelos profissionais da equipe multidisciplinar da unidade. Esse foi o caso de uma enfermeira vítima de violência praticada pelo então namorado, no ano de 2018. Na época, ela ingressou com pedido de Medida Protetiva de Urgência e as agressões cessaram. O casal rompeu o relacionamento ehoje o que a mulher mais deseja é encerrar o processo judicial. "Mutirões como este são importantes para termos uma resposta o mais breve possível", afirmou.

O psicólogo da equipe multidisciplinar, Raimundo Ferreira, explicou que no Espaço Acolher as mulheres – vítimas de violência ou testemunhas – recebem atendimento especializado humanizado, num espaço específico e longe da presença do agressor. "Procuramos fazer um trabalho para tentar baixar o nível de ansiedade e de insegurança das usuárias que chegam para a audiência", ressaltou. Ele lembra que no momento em que a mulher é convocada para prestar depoimento em audiência, em razão de todo sofrimento vivenciado, ela chega carregada de tensões, medos, ansiedades, inseguranças, desconfianças e desinformação. No local também são acolhidos os filhos pequenos, quando as mulheres não têm com quem deixá-los em casa e precisam trazê-los para o Fórum.

A 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Jaracaty, também está participando da Semana “Justiça pela Paz em Casa”. A juíza titular da unidade, Lúcia Helena Barros Heluy, disse que estão sendo proferidas sentenças, decisões e despachos. A unidade tem a competência de analisar os pedidos de medidas protetivas de urgência (MPUs).

A Semana organizada pela CEMULHER/TJMA, em todo o Maranhão, conta com a parceria das Promotorias de Justiça, Defensorias Públicas e demais órgãos do sistema de Justiça, que concentram esforços para julgar e agilizar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, com vistas a ampliar a efetividade da “Lei Maria da Penha” (Lei n.º 11.340/2006). Também estão sendo realizadas em São Luís diversas atividades multidisciplinares voltadas para o enfrentamento à violência doméstica e familiar.

TJMA divulga cronograma para pagamento de precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, divulgou o cronograma de pagamento de precatórios para os meses de março e abril de 2022, dando continuidade ao desenvolvimento de suas atividades, seguindo os protocolos de segurança em saúde pública voltados ao combate da pandemia do coronavírus (SARS-Cov-2).

SÃO LUÍS
Neste mês de março, serão pagos 90 (noventa) precatórios devidos pelo Município de São Luís, sendo 17 (dezessete) decorrentes de direitos de superpreferências, e 73 (setenta e três) da lista cronológica do orçamento de 2020, totalizando o montante de R$ 12.672.602,24.
O valor individual máximo a ser pago em cada precatório, a título de direito de superpreferência, corresponde atualmente a 50 (cinquenta) salários-mínimos (R$ 60.600,00).
Caso o valor total do precatório seja maior que o valor pago a título de direito de superpreferência, o saldo somente será pago quando alcançada a posição originária do precatório na lista cronológica.

ESTADO DO MARANHÃO
Também está previsto para este mês o pagamento de 19 (dezenove) precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, a título de direitos de superpreferências de portadores de doença grave, totalizando o montante de R$ 1.529.927,46.
O valor individual máximo a ser pago em cada precatório, a título de direito de superpreferência, corresponde atualmente a 100 (cem) salários-mínimos (R$ 121.200,00).
Caso o valor total do precatório seja maior que o valor pago a título de direito de superpreferência, o saldo somente será pago quando alcançada a posição originária do precatório na lista cronológica.

MUNICÍPIOS DIVERSOS (Regime Geral) e INSS
No âmbito dos entes enquadrados no Regime Geral, serão pagos até o final do mês de abril, 24 (vinte e quatro) precatórios devidos pelo INSS e os seguintes municípios: Apicum-Açu, Axixá, Buritirana, Campestre do MA, Guimarães, Joselândia, Paraibano, Pio XII, Santa Rita, Trizidela do Vale, Turiaçu e Vitorino Freire, no montante de R$ 3.064.585,21.

MUNICÍPIOS DIVERSOS (Regime Especial)
Também está previsto o pagamento, até o final do mês de abril, de 115 (cento e quinze) precatórios de entes enquadrados no Regime Especial referentes aos seguintes municípios: Açailândia, Anajatuba, Araioses, Balsas, Carolina, Conceição do Lago Açu, Cururupu, Davinópolis, Imperatriz, João Lisboa, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Pedreiras, Penalva, Pindaré Mirim, Poção de Pedras, São Benedito do Rio Preto, Timbiras, Timon e Tufilândia, no montante de R$ 6.587.964,62.
A Coordenadoria informa que o atendimento no setor está ocorrendo pelas seguintes vias:
a) Telefone fixo (98) 3261-6237 e Whatsapp (98) 98476-8731, segunda à sexta das 8h às 13h;
b) E-mail: coordprecatorios @tjma.jus.br;
c) Assistente virtual;
d) Videoconferência, por meio de agendamento no http://www.tjma.jus.br/midia/prec/pagina/hotsite/500771”link;
e) Atendimento presencial a credores e advogados, por ordem de chegada, das 8h às 13h, com quantidade limitada de pessoas no setor;

Confira no site do TJMA a relação dos precatórios que serão pagos nos meses de março e abril de 2022.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CEMULHER
09/03/2022 - SITE RÁDIO NATIVA FM
POSITIVA
Ministério Público realiza webinário sobre violência contra a mulher com deficiência

Ministério Público realiza webinário sobre violência contra a mulher com deficiência

09/03/2022 07:00 em Politica

O Ministério Público do Maranhão promoveu, nesta segunda-feira, 7, o webinário “Violência de Gênero e Mulher com Deficiência – aspectos da situação de invisibilidade e dupla vulnerabilidade”. Participaram membros e servidores do MPMA, do Judiciário, representantes de instituições públicas e de entidades de defesa das causas das mulheres e das pessoas com deficiência.

O seminário virtual foi coordenado pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP) e pelos Centros de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência e de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp Mulher).

Durante o seminário, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e o desembargador Cleones Cunha (presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão), assinaram a carta de compromisso pelo enfrentamento da violência contra a mulher com deficiência.

O documento tem como signatários o Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça, Governo do Maranhão, Defensoria Pública do Estado, OAB-MA, entidades da sociedade civil organizada, entre as quais o Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão e a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

No âmbito de suas competências, cada ente assume o compromisso de adotar as medidas cabíveis para proteger as mulheres com deficiência de toda forma de exploração, violência ou abuso, conforme preconiza a Lei Federal nº 13.104/2015. Essa norma inseriu, no artigo 121 do Código Penal, o parágrafo 7º, que determinou o aumento da pena em 1/3 a 1/2 na hipótese em que a vítima seja mulher com deficiência.

Na abertura do seminário, manifestaram-se pelo Ministério Público para ressaltar a importância do debate, fazendo alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta terça-feira, 8, os promotores de justiça Karla Adriana Vieira (diretora da ESMP), Sandra Fagundes Garcia (coordenadora do CAOp Mulher) e Alenilton Santos Júnior (coordenador do CAOp de Proteção ao Idoso e da Pessoa com Deficiência).

As entidades da sociedade civil foram representadas pela advogada Priscila Sellares, do Coletivo de Mulheres com Deficiência, e Deline Cutrim Lima, do Fórum Estadual das Pessoas com Deficiência. Ambas elogiaram a iniciativa do Ministério Público em promover a reflexão sobre a violência cotidiana sofrida pelas mulheres com deficiência.

Ao assinar a carta-compromisso, o desembargador Cleones Cunha fez um repúdio às falas machistas do deputado estadual paulista Artur do Val contra as mulheres ucranianas e declarou que irá orientar os juízes estaduais do Maranhão que mencionem nas sentenças referentes a crimes contra a mulher em razão de gênero a condição de deficiência, ou não, da vítima.

O procurador-geral de justiça assegurou que o Ministério Público irá ampliar o combate à violência contra a mulher com deficiência, com atividades de prevenção e de enfrentamento a esse tipo de crime. “As ações institucionais precisam ser conjuntas e unificadas, aumentando os canais de denúncia, criando e fortalecer os conselhos de direitos” sugeriu.

PROGRAMAÇÃO

Na programação do seminário, foi apresentado ainda um vídeo da farmacêutica Maria da Penha, que deu nome à Lei 11.340, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Maria da Penha fez uma saudação aos participantes do seminário virtual e apresentou reflexões sobre os avanços oriundos desde a criação da lei, em 2006.

O ponto central do webinário foi a palestra da médica, professora aposentada da UFRJ e ativista da causa das pessoas com deficiência Isabel Maior. Primeira pessoa com deficiência a comandar (2002-2011) a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Presidência da República, Isabel Maior chamou a atenção para temas como a desigualdade de gênero, relacionamentos abusivos dentro das famílias, casos de violência praticados por cuidadores contra pessoas com deficiência e a importância da participação política para o empoderamento das mulheres com deficiência.

A ampliação da denúncia dos casos de violência contra a mulher com deficiência também foi outro ponto abordado pela palestrante. “A mulher não deve sofrer abusos calada. Devemos denunciar sempre, darmos à sociedade responsabilidade para salvar as mulheres. Para isso, devemos confiar nas instituições públicas e na capacidade de resistência do povo brasileiro para erradicar a violência”.

Ao final do webinário, a advogada Isabelle Passinho, presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência de São Luís, defendeu que os órgãos do sistema de justiça sejam conscientizados para atenderem as demandas das mulheres com deficiência, evitando ampliar a dupla vulnerabilidade delas.

Isabelle Passinho propôs que a carta-compromisso estabeleça um cronograma para o cumprimento das metas de enfrentamento à violência contra a mulher com deficiência, garantindo a participação popular e o controle social.

Fonte: CCOM-MPMA